

## LANÇAMENTO

**Franco Caiado Guerreiro ensina médicos**

A Franco Caiado Guerreiro & Ass. anunciou o lançamento do "Guia da Responsabilidade dos Médicos", publicação destinada aos profissionais da Saúde "com o objetivo de os proteger de litígios, salientando-lhes as suas obrigações e responsabilidades". A obra é editada com o apoio da farmacêutica Novo Nordisk e "resulta num compêndio prático e de fácil consulta de toda a legislação aplicável ao exercício da profissão médica".

## REFORÇO

**António Vilar com mais Comercial**

A firma portuguesa António Vilar & Associados divulgou o reforço da sua equipa "com mais três advogados para a sua área de direito comercial internacional": Joana Ribeiro Santos (fiscal e trabalho), Filipa Caneira (bancário e comercial) e Alexandra Azevedo (natural de Angola, "que irá dirigir o novo departamento especialmente vocacionado para os negócios entre Portugal e Angola").

## ENTRADA

**F. Castelo Branco com novo sócio**

A F. Castelo Branco & Associados comunicou a contratação de António Caldas Gonçalves, 48 anos, que passa a ser sócio de indústria da firma. "O advogado vem da prática individual e tem uma larga experiência em direito societário, financeiro, bancário e laboral. António Caldas Gonçalves ultimamente tem desenvolvido trabalho, também, na área da responsabilidade civil médica", diz a sociedade.

## ESTADOS UNIDOS

**Albuquerque ganha concurso**

A Albuquerque & Associados ganhou o concurso lançado pelo Departamento de Comércio dos EUA para a realização de um estudo comparado em matéria de direito penal e processual penal em Portugal e Angola. O estudo enquadrar-se num projecto de cooperação "e pretende adaptar aplicações informáticas usadas nos tribunais portugueses, nomeadamente a plataforma Habilis, em Angola."

## REFORÇOS

**GPCB ultrapassa "desfalque" no Porto com seis contratações**

Em três semanas, a Gonçalves Pereira admitiu 17 profissionais

A Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados (GPCB) já recompôs a sua equipa no Porto, contratando seis profissionais em menos de três semanas, depois de ter sido "desfalçada" pelo movimento de saída de Miguel C. Reis para a sucursal portuguesa da "gigante" espanhola Garrigues. A sociedade gerida em Portugal por Manuel Castelo Branco (na foto) desvaloriza o impacto da saída da sua ex-equipa de Direito Fiscal no Porto (que tinha contratado há um par de anos junto da Deloitte) e garante que já restabeleceu o seu escritório no Porto, um dos maiores entre as firmas sediadas em Lisboa.

Os reforços da Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados aconteceram em vários departamentos: Pedro Sousa Machado, 33 anos, que foi chefe de gabinete de Paulo Rangel na Secretaria de Estado da Justiça, foi contratado para o departamento de Fiscal; Mónica Azevedo, 33 anos, reforçou o departamento de Contencioso; Inês Couto Guedes, 28 anos, ex-Citigroup, integrou o departamento de Direito Público; Carla Santos Naia, 34 anos, entrou no departamento Laboral. Ontem, a estas quatro contratações do final de Setembro somaram-se mais duas: Marlene Nogueira, 30 anos, contratada para o departamento Societário; Alexandre Marques Sequeira, 28 anos, foi reforçar o departamento Laboral. Além destas entradas no Noite (área geográfica liderada pelo sócio José de Freitas), a GPCB ad-



A medida de Manuel Castelo Branco | Reação rápida às saídas no Porto, que na altura o apanharam de surpresa.



Nas últimas semanas, a GPCB perdeu uma equipa inteira no Porto, contratou seis advogados locais, outro em Lisboa e admitiu 10 estagiários.

mitiu ainda este mês mais um reforço para o departamento de Fiscal em Lisboa (liderado pelo sócio Diogo Ortião Ramos), com a contratação de Ana Helena Farinha, 27 anos e ex-consultora sénior na Deloitte.

Fica assim restabelecida a equipa no Porto, garante a GPCB, que sublinha que tal não significa que a sua ambição local esteja cumprida. A saída de uma assentada de toda a

equipa de Direito Fiscal portuguesa decorreu no Verão, tendo gerado "uma troca de mimos entre as sociedades" Garrigues e GPCB, segundo escreveu na altura o "Diário Económico". A GPCB apressou-se em desvalorizar a saída da equipa, que tinha contratado sobretudo como uma âncora para ganhar novos clientes para outras áreas de prática, como o Direito Societário. **PS6**

## CISÃO

**Abreu, Cardigos & Ass. prepara saída dos seus dois sócios**

A Abreu, Cardigos & Associados já está a trabalhar no plano de sucessão dos seus dois sócios Pedro Cardigos dos Reis e César Bessa Monteiro, movimento que o Jornal de Negócios noticiou há uma semana nestas páginas. Perto de uma dezena de advogados, dos actuais cerca de 90 que a sociedade agrega, está já "identificados" como prováveis dissidentes.

Nenhuma destas informações é confirmada ou sequer comentada pela sociedade, que depois da notícia publicada há oito dias se remeteu ao silêncio. O Jornal de Negócios sabe que a notícia gerou mal-estar interno na firma, havendo vontade de acelerar um processo que decorria discretamente desde há vários meses, mas que agora se tornou público. A sociedade (que terá forçosamente de mudar de nome, abandonando do "Cardigos") está já a trabalhar no contro-

lo de danos, não só internos como também externos, prevenindo que os clientes identifiquem qualquer problema na sociedade que afecte a sua relação.

A saída do fundador Pedro Cardigos dos Reis e do veterano César Bessa Monteiro acontece litigiosamente, por razões de quebra de confiança entre sócios. Várias sociedades de advogados concorrentes da Abreu, Cardigos & Associados já terão mesmo mostrado o seu interesse em contratar Cardigos e Bessa Monteiro, que levam com eles uma carteira de clientes própria.

A Abreu, Cardigos & Ass. é uma das firmas em maior crescimento no mercado português, movimento que agora será interrompido. Os gestores da firma insistem que a saída de dois sócios não é uma cisão, pois "o projecto ACA permanecerá".

## OE 2007

**Orçamento do Estado com impacto nas sociedades de advogados**

As alterações do regime simplificado em sede de IRS previstas na proposta do Orçamento do Estado para 2007 vão ter impacto nos profissionais das sociedades de advogados. Segundo a Lusa escreveu ontem ao final da tarde, citando a análise da PriceWaterHouseCoopers, "no regime simplificado em sede de IRS, que abrange trabalhadores independentes e por conta própria, o rendimento tributável aumenta porque se passou de um coeficiente de 0,65 para 0,70 e porque este deixa de se aplicar aos sócios de sociedades profissionais que prestem serviços às suas empresas, situação frequente nas sociedades de advogados."

Além disso, a obrigatoriedade de permanência de três anos no regime escolhido, que só exista no regime simplificado, é alargado para quem opte por contabilidade organizada, detalha a fonte.

Ana Duarte, consultora da PWC, assinalou que a actualização em 2,1% dos escalões das taxas de IRS pode significar agravamento de impostos para quem tenha aumentos salariais superiores àquela percentagem, mais significativos para quem mudar de escalão.

A consultora da PWC salientou que não há alterações significativas nas deduções, embora algumas tenham tido actualizações superiores, com excepção do regime de deduções para casados e não casados. A consultora observou ainda que há um agravamento da tributação para os não casados e um benefício para os legalmente casados, sendo uniformizada em 55% a percentagem de dedução.

A análise detalhada ao Orçamento do Estado para 2007 está a ser feita desde ontem no Jornal de Negócios (ver primeiras páginas desta edição). **Com Lusa**